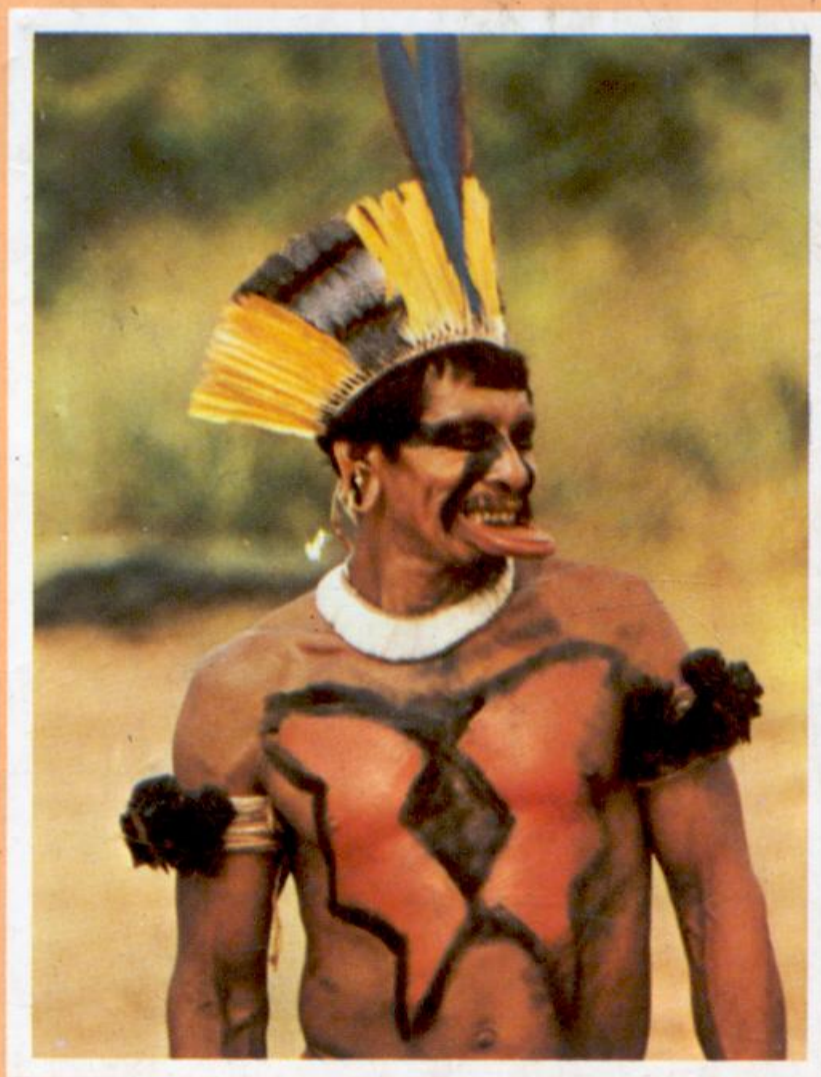


Anthony Seeger



OS ÍNDIOS E NÓS

**Estudos sobre Sociedades
Tribais Brasileiras**



EDITORA CAMPUS

APRESENTAÇÃO

ao cap. 6

O estudo do parentesco foi um traço central das análises antropológicas desde o começo da Antropologia. O estudo da terminologia de parentesco de Lewis Henry Morgan (Morgan 1871), que aparece como um ponto de referência, e os argumentos de W. H. R. Rivers sobre a utilidade do método genealógico (Rivers 1909) são continuações de uma velha tradição (ver Tax 1955). Há várias razões para essa importância. Uma das principais é certamente o fato de que, na maioria das sociedades tribais, as relações entre as pessoas se expressam através do parentesco. Em nossa sociedade, o "parentesco" é normalmente associado ao domínio da "casa", ao passo que "na rua" ocorrem em geral (mas nem sempre) outros tipos de relação (ver Da Matta 1979). Nas sociedades tribais o domínio do parentesco inclui não apenas as relações domésticas como também as públicas: os grupos econômicos são baseados no parentesco, as facções políticas compõem-se de parentes, e assim por diante. Uma análise satisfatória de tais sociedades exige cuidadosa atenção às complexas redes de relação que são tão onipresentes, bem como às outras formas de organização como as classes de idade, as relações de nominação e os grupos cerimoniais.

Há outras razões que explicam por que foi o parentesco uma preocupação tão duradoura na Antropologia. Ele foi o fórum das mais amplas disputas teóricas na disciplina: estas, geralmente, a partir da descendência, casamento, ou dos termos de parentesco usados para classificar os parentes, argumentavam sobre a natureza da sociedade, da humanidade, e o estado da Antropologia em geral. Esses argumentos tornaram-se ocasionalmente muito técnicos e difíceis de ler, porém as questões levantadas – não importa quão misteriosamente – em geral são de fato importantes questões teóricas sobre a organização das sociedades.

Uma das características mais importantes da Antropologia é que os modelos teóricos utilizados se desenvolvem por meio da análise de sociedades específicas. Os resultados dessa análise são então generalizados para um número maior de sociedades semelhantes. Como consequência, muito da teoria antropológica (mas nem toda ela) consiste numa espécie de generalização empírica. Assim, a Antropologia da troca desenvolveu-se em parte através do contato com os povos do Pacífico e do Sul

da Ásia, onde a troca era muito importante (ver, por exemplo, a análise de Malinowski da troca econômica (1975), a análise de Mauss sobre a dádiva (1974) ou a brilhante análise de Lévi-Strauss sobre a troca de mulheres (1977). A teoria das sociedades como baseadas em conceitos jurídicos de corporação de descendência foi levantada por Sir Henry Maine (1861), Fustel de Coulanges (1864), L. H. Morgan (1871) e outros. As idéias, porém, desenvolveram-se especialmente no contato com a lei romana e posteriormente com as sociedades baseadas em linhagem da África (Evans-Pritchard 1979; Fortes 1945).

As generalizações teóricas baseadas nas análises antropológicas da Ásia e da África não são facilmente aplicáveis às terras baixas da América do Sul, onde as sociedades são bastante diferentes. O estudo que se segue argumenta que os modelos de organização social de linhagem e troca, e os grupos de parentesco, não se aplicam às sociedades do Brasil central. Em vez de lutar para fazer com que as sociedades se ajustem aos modelos existentes, sugiro que deveríamos analisar as próprias sociedades e ver que tipos de mudanças devemos fazer nos próprios modelos. A interação construtiva entre teoria e sociedades específicas pode produzir análises cada vez mais sensíveis, que nos permitam desenvolver proposições teóricas de maior alcance. As sociedades das terras baixas da América do Sul podem chamar nossa atenção para características de outras sociedades antes não percebidas e aprimorar nossa compreensão delas.

Este estudo foi escrito para ser apresentado numa limitação de tempo de 15 minutos, num simpósio sobre o conceito de linhagem e descendência, na reunião da Associação Antropológica Americana em 1975, com o título intraduzível "By Gê out of Africa: Ideologies of Conception and Descent". Ele deve muito a estudos anteriores da organização social Jê feitos por J. C. Melatti (1976) e Da Matta (1976) (as datas de publicação são as das últimas versões de suas idéias). Fiz pouco mais do que tomar suas percepções, usá-las em relação aos Suyá, e tentar generalizá-las para muitas das sociedades tribais brasileiras. Muitas das idéias aqui apresentadas foram posteriormente mais desenvolvidas e consideravelmente apuradas num estudo escrito conjuntamente com Roberto Da Matta e Eduardo B. Viveiros de Castro, "A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas Brasileiras" (Boletim do Museu Nacional, Antropologia, número 32, maio de 1979), que pode ser consultado para um tratamento mais extenso de certas questões tratadas sumariamente no que segue. Estou também terminando um livro introdutório sobre parentesco e organização social, no qual muitas das questões nesse campo são levantadas. Mantive em grande parte a forma de apresentação original, alterando apenas algumas partes com o objetivo de facilitar-lhe a compreensão.

CORPORAÇÃO E CORPORALIDADE:
IDEOLOGIAS DE CONCEPÇÃO E
DESCENDÊNCIA*

As generalizações empíricas na Antropologia, como os bons vinhos, não viajam bem. Além do que Jean Jackson chama de os “baluartes da descendência” (localizados especialmente na região amazônica noroeste nos rios Negro e Vaupés), a organização social das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul parecem ser relativamente amorfas. São especialmente mal definidas quando comparadas com a precisão jurídica das civilizações clássicas e africanas cuja análise produziu a Antropologia Social como a conhecemos. Armados com os modelos clássicos de descendência e linhagem, os antropólogos tiveram dificuldade em descrever os sistemas sociais sul-americanos. Murdock chamou-os de “quase-linhagens” (Murdock 1960), ao passo que Nimuendaju foi justamente criticado por sua propensão a encontrar elaboradas formas de descendência e regulações de casamento onde não havia nenhuma (um ponto descrito em Da Matta 1976). A caracterização de Murphy sobre os Munduruku como “fortemente patrilineares” foi criticada por simplificar uma realidade mais complexa (Ramos 1974-6). Hipóteses de recursos limitados não podem explicar a estrutura dessas sociedades, uma vez que há maneiras pelas quais a flexibilidade pode ser introduzida mesmo em sistemas de linhagem formal (por exemplo, Evans-Pritchard 1951, Forde 1950). Ao invés de nos intrigarmos com a ausência de agnação romana nas sociedades indígenas brasileiras, deveríamos dirigir nossa atenção para o que é característico dessas sociedades. No que se segue, utilizando os Suyá de língua Jê como exemplo, sugerirei o que creio estar operando em alguns dos casos até então recalcitrantes à análise de linhagem.

Os Suyá são uma sociedade Jê setentrional com o padrão de residência uxori-local (no qual um homem mora com a família de sua mulher depois de seu casamento) e uma casa de solteiro/casa dos homens no pátio de uma aldeia circular, o que se encontra, com frequência, nas sociedades do Brasil central. Os domínios sociais mais importantes são os dos grupos baseados no parentesco e os de vários grupos cerimoniais baseados no nome atravessados por vários grupos de metades e classes de nome. Os grupos baseados no parentesco são importantes nas esferas polí-

* Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

tica e econômica. A chefia é herdada através de sucessão patrilinear (ver Capítulo 5). As facções políticas baseiam-se em grupos de irmãos. Nem a terra nem a propriedade é herdada, embora algumas árvores frutíferas sejam herdadas patrilinearmente. Ainda que a participação nos grupos cerimoniais passe de um homem a qualquer um do grupo de crianças a que ele se dirige pelo termo traduzido como “filho da irmã” (seus sobrinhos matrilineares), tais grupos não são de qualquer modo grupos de descendência. Não são constituídos de parentes matrilineares, os nomes são dados apenas depois do nascimento, e os irmãos uterinos devem ganhar nomes pertencentes a metades diferentes. Ancestrais generalizados são importantes: na oratória e conversação, os Suyá referem-se comumente a “nossos pais, nossos avós, nossos irmãos da mãe” para legitimizar certas ações ou instituições. Antepassados específicos — reais ou míticos — não são importantes. Não há nenhum herói cultural ancestral do qual eles descendam diretamente. Os Suyá também não estão preocupados com sua relação com os mortos: apenas com dificuldade os meus informantes conseguiam dar os nomes de seus bisavós. Os parentes femininos eram raramente nomeados além da geração dos avós.

Quando os membros de uma sociedade não se lembram dos nomes de seus maiores, fala-se freqüentemente de “amnésia genealógica”, o que significa que eles reprimem propositalmente certas relações de parentesco por razões pragmáticas, em geral políticas. A incapacidade dos Suyá de nomear seus bisavós não é, argumentaria eu, um caso de “amnésia genealógica”. É realmente falta de preocupação genealógica. Eles não estão preocupados com seus ancestrais. Os laços sociais manipuláveis importantes encontram-se entre os vivos. E há mais maneiras de estabelecer relações com os vivos do que pelo rearranjo de genealogias.

Há um domínio da sociedade Suyá (o político na ausência de palavra melhor) no qual a sucessão e a herança são importantes. Em outros (como os grupos cerimoniais) elas não o são. No caso da liderança, um chefe idealmente sucede a seu pai, mas isso é feito sem a legitimação do chefe por meio de seus antepassados. Não se acredita que os líderes Suyá descendam de deuses ou mesmo de heróis culturais: se duas gerações de homens foram chefes, é o bastante em termos de legitimação. Para complicar um pouco mais o quadro, os Suyá têm um tipo de terminologia de parentesco (chamada terminologia de parentesco “omaha”, por causa dos índios Omaha da América do Norte — para descrição, ver Schusky 1973) que foi ocasionalmente associado com a descendência patrilinear (por exemplo, Radcliffe-Brown 1973).

O que fazem os Suyá, que têm formas de descendência tão fracas, num simpósio sobre linhagem e descendência? Em meu título inglês “By Gê out of Africa”, aponto a exigência de um refinamento dos modelos africanos de descendência quando usados no Brasil central. Empreguei um idioma de pecuarista (procriado *por (by) tal garanhão com (out of) tal égua*) porque creio que a ideologia de herança, sucessão e descendência entre algumas das tribos brasileiras baseia-se em conceitos nativos de relações físicas e no que tem sido chamado de “filiação”. Os laços de identidade física formam a base dos grupos de parentesco que, em diferentes sociedades, têm diferentes critérios de participação (ver Goodenough 1970: 48).

Nem todas as sociedades acreditam que uma criança é produto da combinação de um espermatozóide e de um óvulo. Algumas sociedades acham que a mulher contribui apenas com um lugar para o feto crescer. Outras dizem que as relações sexuais não são essenciais à concepção, e que o homem é menos importante na produção da criança. No livro *Repensando a Antropologia*, Edmund Leach mostrou que as crenças acerca da concepção variam amplamente, e formam padrões coerentes possivelmente relacionados às regras de descendência. Em geral, os contribuintes básicos para o corpo físico e a vida do feto nas teorias nativas são aqueles através dos quais as linhas de descendência são mais fortes. Assim, entre os ilhéus de Trobriand, diz-se que o homem desempenha uma parte desprezível e a descendência é matrilinear; entre os Lakher, pensa-se que a mulher não contribui em nada para o feto e a descendência é patrilinear (Leach 1961: 14). A congruência entre a ideologia de descendência e a de concepção não se confirma em todos os casos nas terras baixas da América do Sul. Por exemplo, entre os Desana (Reichel-Domaltoff 1971: 61) e os Cubeo (Goldman 1963: 166), pensa-se que a mulher desempenha um papel importante embora as sociedades sejam patrilineares e patrilocais. Todavia, para os Jê e outros grupos no Brasil central a hipótese de Leach é bastante sugestiva.

Os Suyá acreditam que uma criança é criada pela acumulação gradual de sêmen no útero de uma mulher. Apenas o homem contribui para o crescimento do feto, acrescentando mais sêmen por meio de repetidas relações. A mulher fornece apenas o recipiente. Sua contribuição física se dá por meio da alimentação depois do nascimento da criança. Um homem esfregou seu corpo e disse “é tudo sêmen”, enfatizando que seu corpo tinha sido criado por seu pai. Pais, filhos e *siblings* plenos estão ligados para toda a vida por laços de identidade corporal. Não se acredita que maridos e mulheres tenham os mesmos corpos: eles são diferentes, feitos de diferentes sêmens e alimentados por diferentes mães. No entanto, para os *siblings* e seus pais, quando alguma coisa acontece a um de seus corpos, os outros podem ser afetados, especialmente quando os outros são fracos ou doentes. Por exemplo, quando alguém tem um pé infeccionado — inchado e ardendo com a infecção — o pai, a mãe, os irmãos e irmãs plenos, além de seus filhos, evitarão comer pimenta, sal, a carne avermelhada de determinado peixe, ou peixe com dentes afiados. Acredita-se que, uma vez que partilham basicamente a mesma substância corporal, quando um deles come essas comidas quentes, ou comidas da cor do fogo (vermelho), ou a carne do peixe com dentes pontiagudos, os efeitos (o calor, a pungência) serão sentidos pelo parente doente. Seu pé ficará mais vermelho, mais inchado, e ele terá dores agudas como se o dente de peixe estivesse nele. Esses mesmos parentes tomarão cuidado para não se cansar demasiado pela mesma razão. Essa crença está na base de muitas restrições alimentares e de atividades: você lhes obedece não por si mesmo mas por um parente próximo.

Julio Melatti e Roberto Da Matta, que encontraram relações semelhantes entre os Krahó e os Apinayé, chamaram a esses laços entre parentes próximos “relações de substância” (Melatti 1976; Da Matta 1976). Entre os Jê setentrionais, essas relações de “substância” ou corporais contrastam com as relações cerimoniais e identidade cerimonial, que é transmitida com nomes e não envolve restrições ali-

mentares ou de atividade. As relações de nominação são importantes sobretudo no pátio da aldeia e nas cerimônias, as relações de substância são importantes nas casas residenciais que circundam o pátio e na vida doméstica.

Há interessantes correlações entre as ideologias de concepção e a sucessão de líderes políticos entre os Jê (ver Quadro 2, Capítulo 5, p. 121). As duas sociedades que sustentam que apenas o pai forma a criança consideram a sucessão patrilinear como ideal; aquelas que acreditam que ambos os pais contribuem têm uma ideologia de sucessão através do filho da irmã; os Krahó, que têm ambas as teorias, não têm qualquer preferência registrada por nenhum dos tipos de sucessão. As ideologias da concepção que envolvem apenas o homem no Brasil central incluem os Xavante (Maybury-Lewis, comunicação pessoal), os Munduruku (com a ajuda de um herói cultural, como descrito por Murphy e Murphy 1974: 102, 161), os Kalapalo (Basso 1963: 76) e os Suyá. Os Xavante e os Munduruku têm grupos de descendência patrilineares, nos quais a participação no grupo passa do pai para seus filhos. A posição do *anetu* (representante da aldeia) entre os Kalapalo também passa de pai para filho (mas também de mãe para filha). Fica evidente que uma crença na contribuição masculina exclusiva para o feto tem algo que ver com uma ênfase no grupo social do pai, não sendo, porém, essa ênfase nem extensiva nem muito forte. A natureza exata dos laços físicos que se acredita haver entre os membros de uma família é raramente descrita na literatura e uma comparação exaustiva não é possível.

Scheffer (1973) discorre bastante para separar os sistemas de parentesco dos sistemas de descendência — os sistemas de parentesco são definidos como egocêntricos, relacionando indivíduos, ao passo que os sistemas de descendência são orientados pelo ancestral, referindo-se a categorias de pessoas. Embora heurísticamente útil, não creio que uma distinção tão radical seja possível nas terras baixas da América do Sul. O “grupo que partilha a mesma substância” dos Suyá é ao mesmo tempo relacionado por meio de um parente comum e é uma categoria. Além disso, tanto a descendência — participação em grupos herdada, sucessão e herança — como o parentesco baseiam-se numa mesma idéia sobre o que torna as pessoas semelhantes. Parece desnecessário estabelecer distinções *a priori* entre parentesco e descendência, pois estes podem estar intimamente relacionados pelos significados de alguns símbolos como as crenças sobre procriação e identidade física (ver Schneider 1968, 1969).

Os grupos de pessoas relacionadas por “substância” são importantes grupos sociais em muitas sociedades indígenas brasileiras. Tais grupos são uma forma de parentela (grupo de parentes relacionados a uma dada pessoa), mas deve-se tomar cuidado especial para especificar os critérios de inclusão. As relações no interior do grupo não são apenas aquelas de filiação (pai-filho), mas também as de *sibling*, e os membros formam grupos sociais definidos. Certos direitos podem passar junto com a substância biológica (como o acesso à liderança). Os grupos que partilham a mesma substância podem mesmo ser chamados de grupos de descendência na medida em que um indivíduo nasce neles — um indivíduo é literalmente criado como membro de um grupo na sua própria carne, sangue e ossos. Com alguma hesitação, chamaria esses grupos de “grupos de descendência corporal” ou “parentela corporal”.

Naquelas sociedades em que as relações de substância física são importantes na formação de grupos políticos, econômicos e sociais, pode-se dizer que os “grupos de descendência corpórea” estão presentes. Eles deveriam ter as seguintes características:

1. O “grupo de descendência corpórea” não precisa controlar propriedade, herdar bens ou pertencer aos mesmos grupos rituais para ter uma identidade de grupo. Sua identidade “corporada” é uma identidade *corporal* que pode expressar-se de diversas maneiras. Esses grupos podem ser contrastados com outros grupos definidos de modo semelhante (“nosso” grupo *versus* “os outros grupos”) ou pode aliar-se com outros através de laços de “distância” maior ou menor ou “sangue mais ou menos comum”.
2. A unidade de parentesco mais importante engloba três gerações, a do ego e seus pais e filhos. Laços de filiação fortes (laços pai-filho) e de *siblings* (laços entre irmãos) estarão presentes.
3. Esse “grupo de descendência corporal” não terá normalmente um ancestral fundador, porque as relações mais importantes são as que se estabelecem entre os vivos de gerações adjacentes ou da mesma geração. Isso explica a “falta de preocupação genealógica” que afirmei caracterizar os Suyá quando eles discutem seus ancestrais além de duas gerações.
4. Esses grupos podem ter uma ideologia unilateral (como entre os Suyá, onde apenas o pai contribui para o crescimento do feto) ou vários tipos de ideologia bilateral, com diferenças concomitantes na composição dos grupos e nas características da descendência, sucessão ou herança que estejam presentes. O que existe, contudo, deveria seguir a ideologia de concepção e gestação nesse tipo de grupo.
5. Onde a linhagem ou a organização de clã existem, a participação não precisa ser universal, já que os grupos mais importantes são de menos profundidade (como, por exemplo, os Sanuma, entre os quais muitos indivíduos não fazem parte de uma organização de linhagem [Ramos, 1974a]). A organização de clã e linhagem não será importante em tantos domínios diferentes, como o é na África.

Muito da chamada amorfia da organização social das tribos nas terras baixas da América do Sul pode ser o resultado de buscarmos nos lugares errados os conceitos que organizam os grupos sociais. Em alguns casos, as instituições da herança, sucessão e descendência podem ter mais a ver com as idéias acerca de relações do que com os grupos de descendência centrados no ancestral característico de muitas outras partes do mundo. Lévi-Strauss, nas *Mythologiques* (Lévi-Strauss 1964, 1971), demonstrou a existência de grandes semelhanças nas mitologias das sociedades sul-americanas. Talvez haja traços semelhantes nos princípios da formação de grupos sociais também. É difícil obter dados, e serei grato aos comentários e quaisquer dados novos que possam ser obtidos com relação à importância dos grupos corporais para uma maior elaboração deste estudo. Ao menos para alguns dos grupos do Brasil

central, a ideologia de procriação e de identidade física de grupos de indivíduos é central para uma compreensão de sua organização política e social. Nas sociedades Jê, longe da África com suas sociedades de linhagens, a perspectiva sobre a natureza dos grupos sociais é bem diferente e requer uma reconsideração dos modelos antropológicos usados na análise das sociedades indígenas brasileiras.